

Editorial nº 2: Questão Ambiental e Crise Estrutural do Capital

8

Ei, pintassilgo
Oi, pintaroxo
Melro, uirapuru
Ai, chega-e-vira
Engole-vento
Saíra, inhambu
Foge, asa-branca
Vai, patativa
Tordo, tuju, tuim
Xô, tié-sangue
Xô, tié-fogo
Xô, rouxinol, sem-fim
Some, coleiro
Anda, trigueiro
Te esconde, colibri
Voa, macuco
Voa, viúva
Utiariti
Bico calado
Toma cuidado

Que o homem vem aí
O homem vem aí
O homem vem aí
Ei, quero-quero
Oi, tico-tico
Anum, pardal, chapim
Xô, cotovia
Xô, ave-fria
Xô pescador-martim
Some, rolinha
Anda, andorinha
Te esconde, bem-te-vi
Voa, bicudo
Voa, sanhaço
Vai, juriti
Bico calado
Muito cuidado
Que o homem vem aí
O homem vem aí
O homem vem aí

Passaredo – Chico Buarque & Francis Hime [1975-76]

A princípio, a acolhida ao leitor já vem acompanhada de uma ressalva: se nos permite a liberdade, convém precaver de que aqui extrapolaremos um pouco as funções classicamente atribuídas aos editoriais. Talvez seja um mal incontornável daqueles que teorizam, talvez seja uma necessidade insuperável, dada complexidade dos temas e pretensões aqui alinhavadas. Não haveria de ser diferente, pois o projeto da Revista Fim do Mundo é uma busca de reconexão a uma linha teórica radical inaugurada pela crítica filosófica, política e econômica de Karl Marx no século XIX:



herança crucial para a busca da emancipação humana. Esta edição número 2 abriga um dossiê temático sobre Questão Ambiental e Crise Estrutural do Capital e tem como objetivo discutir os temas que decorrem destas duas categorias, tal como elas se apresentam mutuamente determinadas. Muito oportuno o debate frente ao atual momento histórico francamente instável, como mais um capítulo da crise do capital, que se expressa agora adicionalmente, mas não exclusivamente, na forma da pandemia da COVID-19. Sob tal contexto, os editores desta Revista não se furtam às suas responsabilidades, na medida em que, ombreados à revolução teórica de Karl Marx e aos esforços de milhares de pessoas ao redor do mundo, intentam fortalecer o campo da teoria materialista histórica e, por conseguinte, crítica, imprescindível à necessária transição ao comunismo.

As urgências se sobrepõem frente aos olhos estarecidos da humanidade, a qual tenta sobreviver sob as instabilidades profundas, intensificadas crescentemente com a grande aceleração histórica da acumulação capitalista após a transição da década de 1960 para a de 1970. A partir de então, torna-se evidente que o sistema de produção e reprodução do capital se estabeleceu globalmente, apresentando às burguesias mundialmente poderosas um grande desafio: como atender aos postulados mais centrais do capital, relativos à manutenção constante da expansão e acumulação capitalista? A resposta a esse dilema foi múltipla, adensando todas as dinâmicas que, já no século XXI, determinariam a Questão Ambiental e a Crise Estrutural do Capital.

Muitos são os determinantes históricos desse binômio, mas não cabe neste editorial abordá-los em sua integridade. A despeito disso, vale registrar a relação entre revolucionamento das forças produtivas, crise



estrutural, questão ambiental e o potencial perigo de extinção da espécie humana.

Em primeiro lugar, no que tange às forças produtivas, elas sofreram inovações expressivas, na medida em que aos sistemas de máquinas do capital, até então dotados de três órgãos – o motor, a transmissão e a ferramenta –, incorpora-se o seu quarto órgão: o de controle. Trata-se do órgão programável e reprogramável, que surge para controlar o desempenho dos demais órgãos. Ele é orientado por algoritmos, além de ser assentado sobre uma base computacional, informacional e organizada em rede, o que lhe permite integrar em uma mesma estrutura sensores, computadores e *softwares* capazes de disparar em tempo real comandos para controlar o processo produtivo de mercadorias. Desta feita, o surgimento do quarto órgão da máquina é episódio central na história do desenvolvimento da mecanização e automação de sistemas de máquinas robóticas, bem como do surgimento da internet, do *Global Positioning System* (GPS), da interconexão das Bolsas de Valores, entre outros.

Esses revolucionamentos ofertam ao capital condições de abordar aquele dilema anteriormente mencionado, de modo que, após esgotar o expediente de ampliar as fronteiras de ocupação dos demais países como saída para atender às suas necessidades expansionistas e acumulativas, as burguesias mundiais agora podem aderir ao quarto órgão da máquina para ampliar a produtividade de suas plantas industriais. E isso com um adicional: desobrigam-se de lidar com as tensões sociais advindas das reivindicações trabalhistas; já registrara Marx: quanto mais tensão no interior da luta de classes, tanto mais ávidos ficam os capitalistas por substituir dentro dos processos produtivos trabalho vivo por morto, trabalhadores por máquinas. Instado pela concorrência, as burguesias universalizam a presença do quarto



órgão, promovendo uma importante elevação da composição orgânica do capital global, o que acaba por concretizar a tendência de queda da sua taxa média de lucro e, conseqüente, bloqueio da sua necessária e ininterrupta expansão e acumulação: tal dinâmica coloca o sistema sob o estado de constante crise, a qual denominamos crise estrutural do capital, tal como nos explica brilhantemente o engenheiro Sérgio Bacchi, no primeiro número desta revista Fim do Mundo. Sugerimos fortemente ao leitor que verifique o artigo.

Ainda assim, notemos a contradição presente nos seguintes fatos: o quarto órgão da máquina liberta o capital na medida em que o transforma em uma potência produtiva inédita; não obstante, o prende em uma dinâmica de crise contínua, estrutural, da qual não pôde escapar até o presente momento histórico.

Em segundo lugar, a tudo o que foi dito até agora, salientamos para o leitor outro aspecto fundamental para entendermos aquele binômio questão ambiental e crise estrutural do capital, qual seja, as funções históricas exercidas pelo capital financeiro. Intrigante notar que este passou a catalisar o fortalecimento das forças produtivas e destrutivas do capital. A partir das décadas de 1960 e 1970, a produção em excesso exigiria dos bancos uma popularização do crédito, frente a uma classe trabalhadora exponencialmente atingida por uma constante redução da média salarial e pela franca ampliação do desemprego estrutural. O capital mobilizado por instituições bancárias também viria a ser largamente utilizado pelas indústrias para rechaçar a tendência de queda na sua taxa de lucro, de modo que seus endividamentos se tornaram preocupações centrais. Certos ramos produtivos adquiriram centralidade sem igual e destrutiva, a exemplo dos complexos militares industriais, que uma vez mais sorveram em meio à



guerra-fria (e também depois dela) os orçamentos públicos dos países imperialistas: tal mecanismo foi incorporado tanto pela via do financiamento da explosão produtiva desses complexos, quanto pelo lado da compra governamental das mercadorias bélicas, nem que seja para a manutenção de estoques absurdos. Em paralelo, os complexos produtivos de petróleo e de minérios exercem essa mesma função, na medida em que mobilizam os orçamentos públicos e seus excedentes nas praças financeiras preferencialmente, mas não exclusivamente, europeias. Outros complexos se beneficiam dessas possibilidades, tais como os: de bens de capital, o ramo químico, o agromonocultor, das corporações de mercadorias alimentares, o das indústrias extrativistas, o tecnológico, o próprio bancário, o ramo automobilístico, o energético, entre outros. O resultado dessas dinâmicas, ao longo do último quartel do século XX, é a impressionante hipertrofia o capital financeiro e correspondente estratificação da burguesia, com o surgimento de uma parcela especializada na administração desses mecanismos financeiros e do transbordamento da sua influência às demais formas históricas do capital. Isso possibilitou ao capitalismo articular um expediente de retroalimentação da sua potência, adensando os mecanismos destrutivos da sua crise estrutural e, por conseguinte, da elevação dos riscos impostos à espécie humana.

Em terceiro, convém registrar que, quando falamos em riscos, estamos justamente nos referindo à questão ambiental, visto que há uma estreita relação entre a revolução das forças produtivas, a crise estrutural acima descrita, o capital financeiro e a destruição das condições prévias indispensáveis à manutenção da espécie humana. Esse estado de capital potenciado implica em grande pressão para a aceleração de sua rotação, forçando as burguesias a universalizarem a produção de mercadorias cuja



utilização é decrescente: ou seja, abre-se a era da descartabilidade. Esse critério se aplica a tudo. Assim, como é considerado pelas burguesias, sob os postulados do capital, toda a colossal variabilidade de expressão da matéria física, tal como ela se desenvolveu na história do planeta Terra, inclusive os seres humanos, é tida como um objeto do trabalho alienado, como potenciais mercadorias, portadoras de valor. Sob os parâmetros dessa reificação geral, todas as expressões da natureza são entendidas como recursos ao capital e, conseqüentemente, estão submetidas à utilização decrescente: as burguesias precisam sob pressão de sua crise atribuir descartabilidade a tudo. Nessa toada, reforçamos, entra também os seres humanos, atingidos por essa obsolescência.

Se nos é permitido, registremos aqui alguns fatos que confirmam essa tese de supressão das condições prévias indispensáveis à manutenção da espécie humana. 1) notemos a desestruturação das condições atmosféricas, com os efeitos da crise estrutural sobre as emissões de gases poluentes e o efeito estufa. 2) vejamos a desestruturação das condições dos solos agricultáveis, por meio da lixiviação, da desertificação, da perda da fertilidade, envenenamento dos solos e, conseqüente, morte dos biomas terrestres. 3) o padrão se estende à supressão dos pré-requisitos para a vida nos meios aquáticos também: cabe mencionar o envenenamento dos cursos de água, mesmo a morte de rios caudalosos (como o Rio Doce), bem como o aquecimento dos oceanos, o derretimento das calotas polares, a elevação do nível dos oceanos, além de sua acidificação e ampla poluição. 4) os seres vivos são igualmente atingidos pela eliminação das condições de sua existência: assim nos prova a extinção da microbiota e das microfaunas, de toda sorte de biomas (a exemplo do Cerrado brasileiro); a extinção dos



insetos, notadamente os polinizadores e seus impactos sobre a reprodução da flora; a extinção de espécies de animais de todo porte e tipo.

Não se pode supor que, nesse cenário de catástrofe, a única espécie a sair ilesa é o *homo sapiens sapiens*. Estamos sob risco de autoextinção e precisamos considerar qualquer análise a partir desse ponto. A crise estrutural esgotou qualquer efeito civilizatório que, por ventura, um dia o capital possuiu. Desde a transição entre as décadas de 1960 e 1970 até o presente momento, todas as tentativas defensivas de sustentar a dinâmica de expansão e acumulação, sob o assombro da queda da taxa média de lucro, edificaram-se sobre o crescente aumento do aporte de negatividades, acompanhadas da diminuta geração de significativas positivities à humanidade. Esse desbalanço culmina na crescente supressão das condições prévias indispensáveis à manutenção da espécie humana, a qual se aproxima de um ponto de não retorno.

Tal esgotamento repõe em tela a imperiosa necessidade do comunismo, do qual as bases teóricas já foram pensadas por Marx, no século XIX, e ainda continuam atuais, por serem capazes de extinguir a relação social capital, de repor às maiorias produtoras o controle consciente e cooperado dos processos produtivos e distributivos, mediados pelas necessidades humanamente desejáveis, liberando as potências criativas da humanidade e possibilitando a auto-organização de sua salvação. Para tanto, é preciso construir um vasto movimento que supere a atual inércia defensiva das forças sociais do campo da emancipação humana, em face dessa catástrofe anunciada. As tarefas históricas se desdobram para todas as dimensões da vida em geral e, por conseguinte, da humana em específico: elas são amplas e devem considerar as particularidades de cada uma das nações, de suas histórias e culturas. O diverso, o heterogêneo, são



enriquecedores da experiência humana; não devem ser combatidos, mas até estimulados. Certamente, a teoria revolucionária é fundamental para revolução comunista, na medida em que atua solidariamente, a um só tempo, balizando as ações do movimento e aprendendo com ele.

É por meio dela que os sujeitos históricos se vêm em condições de adotarem estratégias mais precisas, aumentando as possibilidades de acerto. É nesse diapasão que os editores desta Revista reiteram seus compromissos com a teoria revolucionária e se esforçam ao máximo para trazer sua infinitesimal colaboração ao campo da teoria necessária à revolução comunista.

Agradecemos de antemão a importante contribuição da Artista convidada Maíra Arantes L. Wick, cujo trabalho enriqueceu a qualidade da Revista Fim do Mundo e provoca a reflexão sobre as consequências ambientais deixadas pela aceleração inconsequente da produção capitalista. Suas fotografias “Enterro do Rio Doce” e “Águas pútridas da foz” têm como origem seu projeto de registrar os danos ambientais e sociais causados pelo rompimento de rejeitos da mineradora Samarco.

Na seção de artigos, contamos com a contribuição de Ana Carolina A. Borges da Silva e de Adilson Marques Gennari que buscam um mergulho nos debates sobre a crise do capital e a destruição ambiental, enquanto faces da mesma moeda em: “**Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista**”. Na sequência, Ivan Lucon Jabob elucida sobre a urgência de debater as pressões exercidas pelos imperativos elementares da sobrevivência humana no sistema do capital, em suas “**Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros**”. Layza Rocha Soares se debruça para construir uma interpretação sobre o neoliberalismo desmistificando sua



capacidade de intensificar a crise ambiental em **“O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais”**.

Por sua vez, Eduardo Sá Barreto apresenta uma aproximação crítica sobre a ideia do projeto do *Green New Deal*, fundamentando seu trabalho na crítica ao modo de produção frente às mudanças climáticas em **“Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica”**.

Posteriormente, Henrique Novaes constrói sua contribuição no olhar sobre o modo de produção, indicando seu caráter destrutivo e o caminho ao colapso ambiental. Na contramão deste processo, apresenta as alternativas propostas pela agroecologia em uma perspectiva marxista em **“Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista”**.

O último artigo traz a contribuição do antropólogo Daniel Lopes Faggiano, cujo trabalho apresenta um panorama da resistência dos povos indígenas frente à ofensiva do capital, discutindo possibilidades históricas de superação do capitalismo em **“Autodeterminação indígena: o sentido do movimento histórico e a riqueza das múltiplas possibilidades futuras”**.

Na seção de resenhas, prosseguimos com os debates sobre a necessidade de superação do capitalismo frente à crise estrutural do presente, através de mais uma contribuição de Ana Carolina Borges da Silva que nos apresenta o livro de Hervé Kempf: **“Para salvar o planeta, livre-se do capitalismo”**. A segunda resenha, de Yvon Quiniou, traduzida ao português por Paulo Alves de Lima Filho, do livro **“Pensando com Marx hoje. Tomo IV. Comunismo?”** de Lucien Sève, tem, além de sua importância no sentido de propor uma construção teórica de transição para uma nova sociedade, um caráter de homenagem.

Lamentavelmente, nosso camarada, Lucien Sève, que inclusive faz parte do conselho editorial e científico da Revista Fim do Mundo (em



memória), foi vencido pela pandemia de Coronavírus. Nos deixou aos 93 anos no fim do mês de março de 2020. Sua contribuição à teoria revolucionária é de extrema importância e para ficar registrado, concluímos esta edição com um **Memorial** em sua Homenagem, além da resenha de seu último livro.

Antes do Memorial, completam este número 2 excelentes entrevistas. A primeira com **Plínio de Arruda Sampaio Junior**, que discute o contexto atual da crise. A segunda com **Eduardo Sá Barreto**, que aprofunda ainda mais as discussões sobre a questão ambiental.

Assim, seguindo o horizonte das transformações apresentamos esta segunda edição da Revista Fim do Mundo. Nosso pleito, evidentemente, não é o Fim do Mundo, mas sim a restauração da plena e rica expressão da matéria e das potencialidades humanas. Fica então o convite ao leitor para se filiar à nossa trajetória, para ombrear àqueles que pretendem a revolução, que desejam a emancipação dos povos, que têm em seu horizonte um Novo Mundo. Esperamos que os artigos dessa revista sejam de grande proveito e sirvam de estímulo à reflexão crítica, vital para a humanidade. Eis o nosso desejo.

Boa leitura a todos.

Maio de 2020.

Equipe editorial do Dossiê Temático

Adilson Marques Gennari

Layza Rocha Soares

Rogério Fernandes Macedo

